



Demonstrações Financeiras 2021

Cooperativa de Crédito Sicredi Serrana RS/ES

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





EY
Building a better
working world

Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91.330-001 - Porto Alegre - RS - Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito Sicredi Serrana RS/ES
Carlos Barbosa / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Sicredi Serrana RS/ES, (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Sicredi Serrana RS/ES, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2, às demonstrações financeiras, a qual descreve as reapresentações efetuadas sobre os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, relacionados a reclassificações de: (i) saldos de aplicações em fundos de investimentos para caixa e equivalentes de caixa, em função de sua conversibilidade imediata, (ii) dos saldos de ingressos de depósitos intercooperativos para receita de intermediação financeira, em decorrência da natureza das operações e (iii) dos saldos de resultado não operacional para os grupos de outros ingressos e receitas operacionais e outros dispêndios e despesas operacionais, em decorrência da natureza das operações. Nesse contexto, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Building a better
working world

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Building a better
working world

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 10 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-7

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Neste documento, a administração da Cooperativa de Crédito Sicredi Serrana RS/ES, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

O ano de 2021 foi marcado pela retomada. Mesmo com o cenário de pandemia, que se prolongou durante todo o ano, o Sicredi manteve o ciclo virtuoso do cooperativismo vivo.

Por meio das linhas de crédito concedidas aos associados nas cooperativas, apoiamos a manutenção da atividade econômica das comunidades nas regiões onde atuamos, reforçando o compromisso com a nossa missão de agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito tradicionais continuaram ativas, assim como as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. E, como é característico do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilitou ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um na retomada e manutenção dos negócios.

Seguimos ampliando a oferta de soluções em meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo), viabilizando muitas de nossas demandas uma vez que, esses são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações. Em paralelo, voltamos a operar de forma presencial em todas as agências, seguindo os protocolos das autoridades sanitárias e mantendo mais esse canal de relacionamento com nossos associados.

Durante esse período de retomada, destacamos os seguintes fatos administrativos:

- Lançamos o programa "Conexão - Universo de Aprendizagem Serrana", cujo objetivo é nortear o desenvolvimento profissional do colaborador em sua jornada;
- Incentivamos os associados a usarem os canais digitais de atendimento, bem como atuamos fortemente na educação para o autoatendimento, especialmente por meio de tutoriais.
- Intensificamos o envio de comunicados e alertas sobre golpes, informando os tipos mais comuns e formas de se prever;
- Realizamos reformas e adequações de espaços nas agências de atendimento, concluindo a adequação da nova marca em todos os pontos de atendimento de atuação da Serra Gaúcha. Iniciamos a expansão e atuação no estado do Espírito Santo, com a prospecção de associados e tratativas para a abertura da primeira agência na cidade de Vitória. Colocamos em funcionamento a nossa segunda usina fotovoltaica, que atenderá as agências instaladas nos municípios de Bento Gonçalves, Monte Belo do Sul e Santa Tereza, todos no Rio Grande do Sul;
- Iniciamos o modelo de relacionamento comercial por momento de vida, que consiste na segmentação de associados pessoa física urbana aos produtos, serviços, forma de comunicação e relacionamento mais aderente ao perfil do associado. Esse modelo contribui para um atendimento personalizado oportunizando resultados ainda mais consistentes para a cooperativa;
- Participamos da implementação da Plataforma Pessoa Física, uma das primeiras entregas de um novo sistema operacional do Sicredi, visando uma melhor experiência ao colaborador e autonomia de autoatendimento para os associados, finalizando 2021 com mais de 5 mil contas na nova plataforma;
- Ampliamos a contribuição ambiental junto à comunidade com incentivo à preservação dos recursos hídricos. Ainda, fomentamos a manutenção, geração de emprego e a renda por meio de convênios com as prefeituras e entidades de classe. Apoiamos as empresas no aprendizado e aperfeiçoamento da gestão a partir dos programas "Juntos Para Aprender" e "Consultoria Empresarial", em parceria com o Sebrae.

Em outra frente, a cooperativa promoveu inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua. A seguir listamos os principais negócios sociais realizados em 2021:

- Fomentamos a aplicação do programa “Cooperação na Ponta do Lápis” nos municípios de Carlos Barbosa, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, São Marcos, São Pedro da Serra e São Sebastião do Caí, impactando mais de 2 mil estudantes, principalmente dos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, de 52 escolas. Nossa objetivo é cooperar para uma vida financeira sustentável, assumindo a intenção da Sicredi Serrana RS/ES em ser uma agende transformador e protagonista por meio de um programa nacional de educação financeira, com ações relevantes desenvolvidas para atender as necessidades de diversos públicos. Foram realizados diversos momentos formativos, virtuais e presenciais, com os mais de 150 professores que atuaram nas turmas impactadas;
- O programa “A União Faz a Vida” beneficiou 10 redes de escolas municipais, quatro APAEs e uma escola privada. Atuou diretamente com mais de 500 professores e mais de 4,3 mil estudantes, em 15 municípios. O objetivo é construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania, contribuindo para a educação integral de estudantes por meio de práticas de educação cooperativa. As ações tiveram como fonte de incentivo o FATES, que visa a formação de professores por meio de assessoria pedagógica e formação continuada;
- O programa “Cooperativas Escolares” tem como objetivo ampliar as oportunidades de aprendizado de crianças e adolescentes, vivenciando experiências dos valores e princípios do cooperativismo. As atividades acontecem no contraturno escolar com estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e oportuniza o desenvolvimento de dimensões como liderança, empreendedorismo social, educação financeira e inclusão social. Contemplou oito Cooperativas Escolares, impactando diretamente mais de 100 estudantes;
- Em 2021, iniciamos o novo programa de transformação social denominado “Profissionalização da Gestão Educacional”, cujo objetivo é profissionalizar a gestão educacional e a gestão escolar, contribuindo para uma reflexão crítica e sistemática das práticas pedagógicas e administrativas na construção de um projeto educacional pautado na cooperação e na (re)invenção das instituições. O programa impactou três redes municipais de ensino e duas escolas estaduais, totalizando 29 gestores, uma escola privada, com sete gestores, um espaço de educação não formal, com três gestores, e 15 instituições de ensino. A partir desses 39 gestores, o programa impactou indiretamente 198 professores, 30 profissionais do espaço de educação não formal, 100 monitores/atendentes de escolas e mais de 2,3 mil estudantes, abrangendo indiretamente mais de 2,6 mil pessoas, além de toda a comunidade escolar e social daqueles contextos.

De forma local, trabalhamos fortemente para que as demandas dos associados fossem atendidas, especialmente aquelas relacionadas ao enfrentamento da pandemia e à retomada econômica. Entre as ações destacamos a continuidade das medidas de prevenção à Covid-19, adotadas para garantir a saúde dos colaboradores e associados, bem como a atenção às orientações dos órgãos reguladores.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Serrana RS/ES
CNPJ/MF nº 90.608.712/0001-80

ATIVO		31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO				PASSIVO			
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	4.379.516	3.438.557	DEPÓSITOS	(Nota 12)	3.860.437	3.017.282
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		27.103	28.295	Depósitos à vista		2.909.044	2.412.415
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	4.336.907	3.406.664	Depósitos de poupança		637.160	579.378
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	50.645	144.112	Depósitos interfinanceiros		3.538	-
Centralização financeira	(Nota 04)	489.386	481.707	Depósitos a prazo		88.484	34.914
Relações interfinanceiras		618.370	442.348	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.179.862	1.798.123
Operações de crédito	(Nota 07)	11	9	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	724.348	466.268
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	3.011.128	2.229.460	Obrigações por repasses	(Nota 14)	701.075	429.583
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	167.367	109.028	Outros passivos financeiros	(Nota 15)	2.273	3.802
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	(108.904)	(76.052)	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 16)	21.000	32.883
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	13.731	8.330	OUTROS PASSIVOS	(Nota 17)	4.842	4.148
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	63.335	37.759	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 18)	222.203	134.451
INTANGÍVEL		39.506	25.145	CAPITAL SOCIAL		519.079	421.275
		7.838	8.416	RESERVAS DE SOBRAS		174.919	153.675
TOTAL DO ATIVO		4.379.516	3.438.557	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		310.663	244.469
						33.497	23.131
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.379.516	3.438.557

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Serrana RS/ES
CNPJ/MF nº 90.608.712/0001-80

Descrição das contas	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020 (Reapresentado)
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA			
Operações de crédito	213.796	346.924	224.540
(Nota 07)	177.991	296.863	198.439
Resultado de títulos e valores mobiliários	18.181	26.428	19.343
4	4	7	4
Resultado das aplicações compulsórias	4	7	4
Ingressos de depósitos intercooperativos	17.620	23.626	6.754
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA			
Operações de captação no mercado	(110.614)	(160.124)	(88.844)
(Nota 12)	(65.458)	(90.969)	(40.714)
Operações de empréstimos e repasses	(13.676)	(23.074)	(16.757)
(Nota 07)	(31.480)	(46.081)	(31.373)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA			
	103.182	186.800	135.696
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais			
Ingressos e receitas de prestação de serviços	(38.237)	(60.859)	(43.465)
(Nota 21)	39.664	78.541	65.519
Rendas de tarifas bancárias	7.851	15.342	14.750
Dispêndios e despesas de pessoal	(37.317)	(67.433)	(54.977)
(Nota 22)			
Outros dispêndios e despesas administrativas	(33.275)	(59.093)	(47.912)
(Nota 23)			
Dispêndios e despesas tributárias	(235)	(747)	(1.523)
(Nota 24)	10.083	16.726	17.041
Outros ingressos e receitas operacionais	(25.008)	(44.195)	(36.363)
(Nota 25)			
RESULTADO OPERACIONAL			
	64.945	125.941	92.231
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES			
	64.945	125.941	92.231
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
(Nota 19)	1.374	-	(3.542)
Provisão para Imposto de Renda	849	-	(2.148)
Provisão para Contribuição Social	525	-	(1.394)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS			
	(7.495)	(13.449)	(8.822)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES			
	58.824	112.492	79.867

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Serrana RS/ES
CNPJ/MF nº 90.608.712/0001-80

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2020	133.632	197.103	21.281	352.016
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	21.134	-	(21.134)	-
Outras destinações	-	-	(147)	(147)
Capital de associados				
Aumento de capital	368	-	-	368
Baixas de capital	(5.869)	-	-	(5.869)
Resultado do período	-	-	79.867	79.867
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(3.505)	(3.505)
Juros sobre o capital próprio	4.410	-	(4.463)	(53)
Reserva legal - Estatutária	-	42.056	(42.056)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	3.222	(3.222)	-
Reserva legal - Doação SFG	-	2.088	(2.088)	-
Fundos estatutários	-	-	(1.402)	(1.402)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2020	153.675	244.469	23.131	421.275
Mutações do Exercício	20.043	47.366	1.850	69.259
Saldos no início do exercício em 01/01/2021	153.675	244.469	23.131	421.275
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	22.952	-	(22.952)	-
Outras destinações	-	-	(179)	(179)
Capital de associados				
Aumento de capital	1.163	-	-	1.163
Baixas de capital	(8.493)	-	-	(8.493)
Resultado do período	-	-	112.492	112.492
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(5.075)	(5.075)
Juros sobre o capital próprio	5.622	-	(5.696)	(74)
Reserva legal - Estatutária	-	60.903	(60.903)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	5.291	(5.291)	-
Fundos estatutários	-	-	(2.030)	(2.030)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	174.919	310.663	33.497	519.079
Mutações do Exercício	21.244	66.194	10.366	97.804
Saldos no início do semestre em 01/07/2021 (Não auditado)	173.151	244.469	53.668	471.288
Capital de associados				
Aumento de capital	860	-	-	860
Baixas de capital	(4.714)	-	-	(4.714)
Resultado do semestre	-	-	58.824	58.824
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(5.075)	(5.075)
Juros sobre o capital próprio	5.622	-	(5.696)	(74)
Reserva legal - Estatutária	-	60.903	(60.903)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	5.291	(5.291)	-
Fundos estatutários	-	-	(2.030)	(2.030)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	174.919	310.663	33.497	519.079
Mutações do Semestre	1.768	66.194	(20.171)	47.791

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Serrana RS/ES
CNPJ/MF nº 90.608.712/0001-80

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditedo)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020 (Reapresentado)
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	81.084	148.108	102.402
Resultado do semestre/exercício	58.824	112.492	79.867
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	22.260	35.616	22.535
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	22.850	32.852	18.954
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	2	(3)	5
Depreciação e amortização	3.727	7.067	6.866
Baixas do ativo permanente	62	81	198
Provisão para riscos civis, tributários e trabalhistas	694	694	17
Destinações ao FATES	(5.075)	(5.075)	(3.505)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	64.743	143.854	365.404
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	30.749	93.467	106.136
Redução em títulos e valores mobiliários	11.935	53.334	136.912
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	24.424	(2)	432
(Aumento) em operações de crédito	(509.681)	(781.668)	(830.412)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	180.683	271.492	160.854
(Aumento) em outros ativos financeiros	(40.413)	(58.340)	(30.428)
(Aumento) em outros ativos	(3.622)	(5.398)	(3.810)
Aumento em depósitos	306.817	496.629	789.305
Aumento (Redução) em passivos financeiros	(10.342)	(11.883)	2.559
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(772)	(1.529)	3.802
Absorção de despendos pelo FATES	(780)	(1.116)	(1.106)
Aumento em outros passivos	75.745	88.868	31.160
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	145.827	291.962	467.806
Aquisição de investimentos	(17.855)	(25.576)	(6.240)
Aquisição de imobilizado de uso	(12.981)	(18.719)	(6.197)
Aplicações no intangível	(1.124)	(2.212)	(1.928)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(31.960)	(46.507)	(14.365)
Integralização de capital	859	1.163	368
Baixa de capital	(4.714)	(8.493)	(5.869)
Fundos estatutários	(2.030)	(2.030)	(1.402)
Juros ao capital próprio	(74)	(74)	(53)
Distribuição de Sobras	-	(179)	(147)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(5.959)	(9.613)	(7.103)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	107.908	235.842	446.338
Caixa e equivalente de caixa no início do período	974.082	846.148	399.810
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	1.081.990	1.081.990	846.148

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Serrana RS/ES
CNPJ/MF nº 90.608.712/0001-80

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Resultado líquido do exercício	58.824	112.492	79.867
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	58.824	112.492	79.867

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Sicredi Serrana RS/ES ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 30/10/1985 e sede situada na Av. 25 de Setembro, 777, na cidade de Carlos Barbosa - Rio Grande do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2021, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2.127 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 37 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33 e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

Reapresentação das cifras comparativas:

A administração está reapresentando os saldos das demonstrações financeiras de 2020, apresentadas para fins de comparação, decorrentes de ajustes de retificação de erro de acordo com o disposto no CPC 23, conforme abaixo:

(a) Ingressos de depósitos intercooperativos nas demonstrações de sobras e perdas

Em 2021, foi efetuada a reclassificação dos ingressos de depósitos intercooperativos, para fins de comparação, registrados em 31 de dezembro de 2020 como outros ingressos e receitas operacionais. A cooperativa entende que os valores aplicados nas Centrais via Centralização Financeira não se caracterizam como outros ingressos e receitas operacionais, conforme entendimento anteriormente adotado, devendo ser considerados como ingressos e receitas da intermediação financeira. Nessa operação os valores captados em centralização serão aplicados pelo Banco no mercado, gerando receita da intermediação financeira, e remunerado às centrais via centralização. Por se tratar de recurso de tesouraria aplicado, a natureza dessa receita se caracteriza como Intermediação Financeira, logo essa classificação é a mais adequada.

(b) Resultado não operacional

Entre as alterações normativas decorrentes da Resolução BCB nº2/20 ocorreu a mudança na forma de apresentação das demonstrações de sobras ou perdas. A cooperativa entende que o saldo relativo as sobras ou perdas do resultado não operacional não é mais parte integrante deste demonstrativo, conforme entendimento anteriormente adotado. Desta forma, a cooperativa reclassificou os saldos por natureza nos grupos de contas de outros ingressos e receitas operacionais e outros dispêndios e despesas operacionais, para fins de favorecer a comparabilidade das demonstrações financeiras.

(c) Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários nas demonstrações dos fluxos de caixa

Adicionalmente, foram identificadas reclassificações relacionadas a alteração no modelo de centralização onde as Cooperativas passaram a aplicar parte de seus recursos de curto prazo em fundos de renda fixa e multimercado, os quais possuem conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de valor, sendo possível a classificação como caixa e equivalente de caixa de acordo com as premissas do CPC 03. A referida correção afetou o caixa e equivalente de caixa inicial e final do período findo em 31 de dezembro de 2020, assim como a movimentação dos títulos e valores mobiliários onde estavam sendo apresentados anteriormente.

Os valores reclassificados estão demonstrados nos quadros abaixo:

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS E PERDAS	Anteriormente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA			
Ingressos Depósitos Intercooperativos	211.786	6.754	224.540
	-	6.754	6.754
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	(38.670)	(4.795)	(43.465)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	21.540	(4.499)	17.041
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	(36.067)	(296)	(36.363)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.959	(1.959)	-

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	Anteriormente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS			
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(26.982)	163.894	136.912
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Caixa e equivalente de caixa no início do período	188.199	211.611	399.810
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	470.643	375.505	846.148

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	Anteriormente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
Disponibilidades	28.295	-	28.295
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	-	375.505	375.505
Centralização financeira	442.348	-	442.348
Total	470.643	375.505	846.148

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 10 de março de 2022.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/71.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 4.334 (2020 - R\$ 10.348) referente a Atos Não Cooperativos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades, pelos valores aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de renda fixa e multimercado, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa não investida em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

• Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.

• Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como doação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro-rata-die*, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro-rata-die* dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPI) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPI é de 15%, acrescida de adicional de 10% e a CSLL no qual a alíquota passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022, aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos civis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos civis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 16;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas. O detalhamento dos impactos é apresentado na NOTA 31.

s) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

t) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Disponibilidades	27.103	28.295
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	436.517	375.505
Centralização financeira	618.370	442.348
Total	1.081.990	846.148

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2021 equivale a 99% do CDI (dezembro de 2020 - 98%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2021				31/12/2020
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Cooperativas	-	21.259	-	21.259	123.278
DI entre Banco e Cooperativa	2.024	3.805	23.557	29.386	20.834
Total	2.024	25.064	23.557	50.645	144.112
Total circulante				27.088	103.034
Total não circulante				23.557	41.078

As aplicações de DI entre Cooperativas são realizadas com a finalidade de fornecer liquidez, com taxa de remuneração de até 105% do CDI.

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2021				31/12/2020
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Letras financeiras subordinadas entre Cooperativas	-	-	6.481	6.481	6.369
Títulos de renda fixa - CPR	-	261	199	460	-
Cotas de fundos de renda fixa - FIRF	45.928	-	-	45.928	99.835
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	-	-	-	-	49.962
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	436.517	-	-	436.517	325.541
Total	482.445	261	6.680	489.386	481.707
Total circulante				482.706	475.338
Total não circulante				6.680	6.369

A Circular nº 3.068/01 do BACEN, que trata sobre a classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para o registro e avaliação contábil da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

As letras financeiras subordinadas são aplicações emitidas com cláusula de subordinação e foram firmadas em janeiro de 2018 com vencimento em janeiro de 2025.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é obtido a partir da curva de juros, baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3, e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2021			31/12/2020
		A vencer			Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Empréstimos e títulos descontados	10.976	267.766	457.016	1.290.154	2.025.912
Financiamentos	357	30.573	87.095	333.576	451.601
Financiamentos rurais e agroindustriais	78	19.277	245.891	190.365	455.611
Financiamentos habitacionais	8	1.017	2.558	74.421	78.004
Total das operações de crédito	11.419	318.633	792.560	1.888.516	3.011.128
Avalias e fianças honrados (Nota 08)	325	177	6	30	538
Títulos e créditos a receber (Nota 08)	-	109.494	40.248	193	149.935
Total de outros créditos	325	109.671	40.254	223	150.473
Carteira total	11.744	428.304	832.814	1.888.739	3.161.601
Total circulante				1.272.862	950.980
Total não circulante				1.888.739	1.378.674

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	% Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito							
	% Mínimo 2020	% Adicional 2021	31/12/2021	31/12/2020	Mínimo 2021	Adicional 2021	Total 2021	Mínimo 2020	Adicion 2020	Total 2020
AA	-	-	0,30	19.472	26.762	-	58	58	-	-
A	0,50	-	0,15	1.450.511	906.191	7.246	2.174	9.420	4.520	4.520
B	1,00	-	0,10	1.101.889	803.221	11.014	1.101	12.115	8.022	8.022
C	3,00	-	0,50	357.794	412.672	10.726	1.788	12.514	12.369	12.369
D	10,00	-	2,00	137.637	113.977	13.752	2.750	16.502	11.386	11.386
E	30,00	5,00	5,00	43.581	35.081	13.072	2.179	15.251	10.523	12.277
F	50,00	13,00	13,00	18.396	10.153	9.198	2.391	11.589	5.076	6.396
G	70,00	20,00	20,00	8.656	5.148	6.059	1.731	7.790	3.603	4.633
H	100,00	-	0,00	23.665	16.449	23.665	-	23.665	16.449	16.449
Total				3.161.601	2.329.654	94.732	14.172	108.904	71.948	76.052

A Cooperativa adotou a partir de 2020 percentuais de provisão superiores aos mínimos definidos na Resolução 2.682/99 do CMN, levando em consideração, além dos critérios legais, a conjuntura econômica, projeções e cenários de incertezas do período, a experiência de atuação na região e o conhecimento que possui acerca de sua base de associados. Após análises dos cenários pelos colegiados da cooperativa (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) e acompanhamento mensal dos níveis de inadimplência, foi adotada a estratégia de majorar o percentual de alguns níveis de provisão, como forma de proteger a cooperativa para futuras e eventuais fragilidades inerentes ao risco de crédito.

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução BACEN nº 4.800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 645.554 (dezembro de 2020 - R\$ 578.005) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 12.092 (dezembro de 2020 - R\$ 10.673) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2021			31/12/2020	
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da Carteira	Total da Carteira
Pessoas físicas	7.559	168.016	166.949	440.445	782.969	549.137
Rural	78	19.277	245.891	190.365	455.611	335.793
Industrial	484	78.596	147.143	393.516	619.739	528.746
Comércio	1.675	71.397	118.474	297.840	489.386	405.510
Habacional	8	1.017	2.558	74.421	78.004	-
Pessoas jurídicas	1.940	90.001	151.799	492.152	735.892	510.468
Total	11.744	428.304	832.814	1.888.739	3.161.601	2.329.654
Total circulante					1.272.862	950.980
Total não circulante					1.888.739	1.378.674

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2021	%	31/12/2020	%
10 maiores devedores	204.179	6,46	189.396	8,13
50 devedores seguintes	420.448	13,30	360.146	15,46
100 devedores seguintes	400.101	12,66	308.873	13,26
Demais	2.136.873	67,58	1.471.239	63,15
Total	3.161.601	100,00	2.329.654	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	76.052	57.098
Constituição de provisão	90.257	68.924
Reversão de provisão	(44.176)	(37.551)
Movimentação de baixados para prejuízo	(13.229)	(12.419)
Saldo final	108.904	76.052

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 60.658 (2020 - R\$ 75.215).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e títulos descontados	136.689	228.636	153.479
Financiamentos	23.165	36.531	20.048
Financiamentos rurais e agroindustriais	12.511	23.383	19.605
Financiamentos habitacionais	1.271	1.271	-
Outros	41	117	136
Subtotal	173.677	289.938	193.268
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	4.314	6.925	5.171
Total	177.991	296.863	198.439
Total circulante		161.987	105.850
Total não circulante		5.380	3.178

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Outros valores e bens	5.100	4.999
Adiantamentos e antecipações salariais	257	414
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	27	22
Adiantamentos para Confederação Sicredi	1.245	1.231
Impostos e contribuições a compensar	932	93
Cotas de consórcio	657	677
Pendências a regularizar	4.261	718
Valores em análise pela SFG	37	8
Outros	1.215	168
Total	13.731	8.330
Total circulante		9.879
Total não circulante		3.852

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	4.952	4.817
Imóveis	4.472	4.817
Veículos e afins	480	-
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(2)	(5)
Material em estoque	31	71
Despesas antecipadas	119	116
Total	5.100	4.999
Total circulante	1.248	-
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos (Imóveis)	3.847	-
Despesas antecipadas	5	-
Total não circulante	3.852	-

b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(5)	-
Constituição de provisão	(2)	(5)
Reversão de provisão	5	-
Saldo final	(2)	(5)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

	Registrados ao custo de aquisição	31/12/2021	31/12/2020
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	27.251	18.939	
Sicredi Participações S.A.	36.083	18.819	
Outras participações e investimentos	1	1	
Sicredi Fundos Garantidores	1	1	
Total	63.335	37.759	

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Número de ações/quotas possuídas	11.708.287 ON	6.109.336 ON	1	1	27.251.266	18.938.824
Percentual de participação	1,71%	1,60%	0,62%	0,62%	4,70%	4,66%
Capital social	2.108.211	1.178.211	161	161	580.337	406.094
Patrimônio líquido	2.111.744	1.222.087	368.071	334.310	591.058	416.563
Resultado líquido do exercício	(15.246)	38.149	33.761	21.363	-	-
Valor do investimento	36.083	18.819	1	1	27.251	18.939

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2021		31/12/2020	
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	61.870	(22.364)	39.506	25.145
Imobilizações em curso	-	11.361	-	11.361	4.047
Terrenos	-	759	-	759	539
Edificações	4%	3.639	(724)	2.915	3.060
Instalações	10%	4.419	(2.656)	1.763	1.237
Beneficiárias em imóveis de terceiros	10%	16.418	(6.168)	10.250	6.922
Móveis e equipamentos	10%	11.965	(4.760)	7.205	5.293
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	2.506	(851)	1.655	1.062
Equipamentos de processamento de dados	20%	10.267	(6.903)	3.364	2.890
Veículos	20%	536	(302)	234	95
Intangível		24.975	(17.137)	7.838	8.416
Investimentos Confederação	10%	24.301	(16.678)	7.623	8.066
Outros ativos intangíveis	10%	674	(459)	215	350

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

a) Composição dos depósitos por prazos de vencimento

Depósitos	31/12/2021			31/12/2020	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	637.160	-	-	637.160	579.378
Depósitos de poupança	3.538	-	-	3.538	-
Depósitos interfinanceiros	-	15.298	73.186	88.484	34.914
Depósitos a prazo	41.470	127.559	2.010.833	2.179.862	1.798.123
Total	682.168	142.857	2.084.019	2.909.044	2.412.415
Total circulante				825.025	732.028
Total não circulante				2.084.019	1.680.387

b) Despesas com operações de captações no mercado

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos de poupança	31	31	-
Depósitos interfinanceiros	1.753	2.399	505
Depósitos de aviso prévio	319	457	368
Depósitos a prazo	61.215	84.086	36.870
Letras financeiras	65	65	-
Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	2.075	3.931	2.971
Total	65.458	90.969	40.714

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2021	31/12/2020
Repasses interfinanceiros	701.065	429.583
Recebimentos e pagamentos a liquidar	10	-
Total	701.075	429.583

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2021				31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	21.201	250.643	216.988	488.832	379.644
Total - Recursos do Crédito Rural	21.201	250.643	216.988	488.832	379.644
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	50.682	99.664	61.887	212.233	49.939
Total - Outros Recursos	50.682	99.664	61.887	212.233	49.939
Total	71.883	350.307	278.875	701.065	429.583
Total circulante				422.190	216.243
Total não circulante				278.875	213.340

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 7,5% a.a. com vencimentos até 15/12/2031, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com 124,6 % do CDI com vencimentos até 15/11/2028. Os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023. Para os repasses de LCA livre a taxa praticada é de 102% do CDI, com vencimentos em 18/02/2022 e 28/09/2022. Para os repasses para crédito imobiliário a taxa praticada é de 84,5% do CDI com vencimento até 08/10/2036.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2021				31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	388	1.162	723	2.273	3.802
Total	388	1.162	723	2.273	3.802
Total circulante				1.550	1.542
Total não circulante				723	2.260

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/07/2023.

Os recursos internos para repasses no País também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDES. As operações contratadas, observadas as características do PESE, possuem vencimentos mensais até o ano de 2023. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDES são provenientes do Banco Sicredi.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para garantias financeiras prestadas	12.092	10.673
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	-	17.232
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Cooperativas	64	-
Recursos em trânsito de terceiros	5.989	4.969
Recursos vinculados a operações de crédito	13	9
Total circulante	18.158	32.883
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Cooperativas	2.842	-
Total não circulante	2.842	-
Total	21.000	32.883

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital referem-se a letras financeiras emitidas com cláusula de subordinação firmados em 20/10/2021 com vencimento em 07/10/2031, com uma taxa de CDI + 3,75%, com o objetivo de ampliar o patrimônio de referência da cooperativa.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista	Provável	4.127	3.789
Cível	Provável	715	359
Total não circulante		4.842	4.148
Natureza	31/12/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão
Trabalhista	3.789	415	(77)
Cível	359	356	-
Total não circulante	4.148	771	(77)
			31/12/2021

Em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 0, R\$ 114 e R\$ 2.920 (dezembro de 2020 - R\$ 35, R\$ 33 e R\$ 1.999), respectivamente.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 5.157 (dezembro de 2020 - R\$ 3.129), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Transações com cartões de crédito	151.060	96.863
Provisão para pagamentos a efetuar	8.655	6.393
Cotas de capital a pagar	5.268	4.190
Provisão para participações nos lucros	13.155	8.889
Fundo de assistência técnica, educacional e social	12.002	8.034
Fundo Social	2.123	1.540
Impostos e contribuições a recolher	3.675	4.941
Credores por recursos a liberar vendedores de imóveis	19.400	-
Credores diversos	5.083	3.125
Cobrança e arrecadação de tributos	859	5
Pendências a regularizar	923	471
Total circulante	222.203	134.451

As transações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
Capital social	174.919	153.675
Total de associados	142.529	126.429

Em 31 de dezembro de 2021, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 21.244 (dezembro de 2020 – R\$ 20.043), sendo R\$ 28.574 (dezembro de 2020 – R\$ 25.544) via integralização de resultados e R\$ 1.163 (dezembro de 2020 – R\$ 368), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 8.493 (dezembro de 2020 – R\$ 5.869).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 3,48% em Conta Capital, no montante de R\$ 5.696, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 60% foram para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 2% para a constituição do Fundo Social, destinado a apoiar ações de interesse coletivo desenvolvidas na área de ação da Cooperativa.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	125.941	92.231
Participação nas sobras	(13.449)	(8.822)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	112.492	83.409
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(50.621)	(33.364)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	48.671	27.808
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	2.563	1.785
Demais adições e exclusões previstas na legislação	29	228
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	(3.542)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para as Cooperativas, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Administradora de Cartões (em dezembro de 2020), Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Ativo		
Disponibilidades (Nota 04)	-	1
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	50.645	144.112
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	489.386	481.707
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	618.370	442.348
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	3.226	3.915
Outros ativos (Nota 09)	1.245	1.231
Investimentos (Nota 10)	63.335	37.759
Intangível (Nota 11)	7.623	8.066
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	88.484	34.914
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	701.065	429.583
Outros passivos (Nota 17)	144.706	92.268
Principal e juros dívida subordinada (Nota 15)	-	17.232
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	26.382	19.342
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 21)	33.614	28.679
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	684	822
Doação SFG	-	2.088
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 12)	2.399	505
Operações de empréstimos e repasses	22.963	16.670
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	2.733	1.778
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	18.733	17.772

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2021	% em relação ao total	31/12/2020
Depósitos à vista	403	0,06%	231
Depósitos a prazo	809	0,04%	732
Operações de crédito	1.110	0,04%	1.221

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Pessoas chave da administração	2.622	2.337

NOTA 21 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Cartões	10.615	18.850	12.088
Cobrança	5.133	9.986	8.997
Comissões	30	35	17
Consórcios	1.123	2.383	3.039
Convênios	1.291	2.559	2.186
Distribuição de produtos e serviços bancários	15.546	32.902	28.182
Processamento da compensação	58	141	192
Seguros	3.034	6.327	6.652
Taxas e tarifas	1.623	3.127	2.896
Antecipação de recebíveis	429	897	465
Outros serviços	782	1.334	805
Total	39.664	78.541	65.519

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	21.588	39.464	32.708
Benefícios	5.594	10.443	8.973
Encargos sociais	8.761	15.413	12.250
Treinamentos	1.374	2.113	1.046
Total	37.317	67.433	54.977

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Água, energia e gás	775	1.372	1.111
Alugueis	3.381	6.275	5.339
Comunicação	840	1.699	1.546
Manutenção e conservação	1.791	3.350	2.338
Material de expediente	533	1.023	875
Processamento dados	1.431	2.551	1.863
Propaganda e publicidade	741	1.304	861
Promoções e relações públicas	3.104	4.870	4.044
Serviços do sistema financeiro	3.173	6.397	5.100
Assessoria e consultoria	585	923	654
Serviços jurídicos	426	991	889
Serviços de terceiros	1.314	2.286	1.468
Serviços de técnicos especializados	4.133	7.375	4.221
Serviços de vigilância e segurança	1.511	2.902	2.653
Serviços de transportes	933	1.661	1.414
Depreciação	2.268	4.277	3.918
Amortização (Rateio Confederação)	1.391	2.655	2.813
Amortização outros ativos intangíveis	68	135	135
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	780	1.116	1.106
Emolumentos e taxas diversas	917	1.551	1.011
Ressarcimento tarifas	315	656	1.737
Seguros	46	179	237
Outras despesas administrativas	2.819	3.545	2.579
Total	33.275	59.093	47.912

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Absorção de dispêndios - FATES	780	1.116	1.106
Utilização de fundo social	1.447	1.447	1.151
Lucros na alienação de valores e bens	157	161	12
Recursos recebidos Sicredi Fundos Garantidores	-	-	2.088
Recuperação de encargos e despesas	677	1.245	821
Reversão de provisões operacionais	188	568	800
Reversão de provisões impostos folha	2.824	4.507	3.834
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	2.760	5.586	4.258
Reversão de provisões para passivos contingentes	77	77	357
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	8	23	828
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	377	584	217
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	264	264	-
Outras rendas operacionais	524	1.148	1.569
Total	10.083	16.726	17.041

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.848	2.513	2.924
Contribuições Cooperativistas	77	150	143
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	412	732	1.368
Contribuição Confederação Sicredi	8.075	14.645	13.118
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	582	1.187	1.257
Encargos da administração financeira	2	3	4
Repasso Administradora de Cartões	-	-	206
Prejuízo na alienação de valores e bens	-	-	2
Provisões para garantias financeiras prestadas	4.278	7.469	6.940
Provisões para passivos contingentes	771	771	374
Outras provisões operacionais	2.672	4.782	3.935
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	3.650	6.804	4.410
Risco operacional	621	1.012	805
Juros e comissões	243	387	150
Tarifa serviços folha pagamento servidores	13	24	16
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	407	407	-
Outras despesas operacionais	1.357	3.309	711
Total	25.008	44.195	36.363

NOTA 26 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes das destinações	58.824	112.492	79.867
Doação SFG	-	-	(2.088)
Provisão adicional para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(8.945)	(10.068)	(4.104)
Eventos não recorrentes	(8.945)	(10.068)	(6.192)
Resultado recorrente	49.879	102.424	73.675

NOTA 27 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2021	31/12/2020
Beneficiários de garantias prestadas	645.547	577.997
Coobrigações em cessões de crédito	7	8
Total	645.554	578.005

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Socioambiental, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Relatórios periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócios, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades*.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aferência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade;
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócios.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)	514.147	412.858
Nível I (NI)	511.241	412.858
Capital principal - CP	511.241	412.858
Capital social	174.919	153.675
Reservas de capital	310.663	244.469
Lucros acumulados	33.497	23.131
Ajustes Prudenciais	(7.838)	(8.417)
Nível II (NII)	2.906	-
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	2.906	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	3.733.736	2.824.188
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	33.601	13.196
Margem de Capital	107.172	138.426
Índice de Basileia (PR / RWA)	13,77%	14,62%
Situação de Imobilização (Imob)	39.507	25.146
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,68%	6,09%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2021, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 31 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Seguimos atentos às normas sanitárias e recomendações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes para o enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país ao longo do período. Enquanto instituição financeira cooperativa, nosso modelo de negócio possibilita o acompanhamento de perto da realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, oportunizando a ampliação da oferta de soluções financeiras adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios.

Para dar suporte aos empreendedores, ofertamos aos nossos associados a Linha Renegociação Emergencial viabilizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que possibilitou a renegociação das parcelas sem alterar o vencimento original da operação e excepcionalmente em casos de operações com taxa pós-fixada (TLP) a possibilidade de ampliação do prazo final.

Nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativos) seguem apoiando muitas das demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações reduzindo a necessidade de ida às agências. Também seguimos incrementando as possibilidades de atendimento via WhatsApp, agilizando muitas das solicitações. Além disso, colocamos em prática a nossa missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade também por meio de iniciativas como o Eu Coopero com a Economia Local, impulsionando a força do cooperativismo como motor para a continuidade da atividade econômica no país.

Marcos Antônio Citolin
Diretor Executivo
CPF: 919.187.070-49

Cesar Antônio Possamai
Diretor de Operações
CPF: 578.249.080-20

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20